

A INSEGURANÇA ALIMENTAR E OS POVOS INDÍGENAS: A CONTRIBUIÇÃO DO PENSAMENTO DECOLONIAL PARA OS ESTUDOS NAS TERRAS INDÍGENAS

FOOD INSECURITY AND INDIGENOUS PEOPLE: THE CONTRIBUTION OF DECOLONIAL THINKING TO STUDIES IN INDIGENOUS LANDS

Cássia Araújo Moraes Braga

Doutora e mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Tocantins (UFT)
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0985283131237992>
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2804-8546>
E-mail: cassia.braga@ifto.edu.br

Reijane Pinheiro da Silva

Doutora em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS)
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0565922256384104>
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0636-9795>
E-mail: reipinheiro@mail.uft.edu.br

Mônica Aparecida da Rocha Silva

Doutora em Ciências Sociais pela Universidade de Brasília (UnB)
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6401487987780885>
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3323-7712>
E-mail: monicars@mail.uft.edu.br

Resumo: Este artigo pretende apresentar dados sobre insegurança alimentar e povos indígenas, a partir de revisões bibliográficas de pesquisas internacionais e nacionais, buscando analisar as escolhas metodológicas e os resultados destes estudos. Com base nesses trabalhos, identificamos que nem sempre as pesquisas realizadas em terras indígenas conseguem mensurar dados que conversem com os modos de vida dos povos indígenas, mas contribuem com conhecimentos sobre as situações de vulnerabilidade alimentar e resultados negativos para a saúde em que os povos indígenas estão inseridos. Desse modo, percebemos que os estudos que conversam com o pensamento decolonial apresentam dados que respondem os desejos e anseios indígenas.

Palavras-chave: Insegurança alimentar. Segurança alimentar. Povos indígenas. Pensamento decolonial.

Abstract: This article aims to present data on food insecurity and indigenous people through bibliographic reviews of international and national research, seeking to analyze these studies' methodological choices and results. Based on these studies, we identified that research carried out in Indigenous lands does not always measure data that aligns with the ways of life of Indigenous people. However, they contribute to knowledge about situations of food vulnerability and negative health outcomes affecting indigenous communities. We observe that studies that deal with decolonial thinking present data addressing Indigenous people's desires and anxieties.

Keywords: Food insecurity. Food security. Indigenous people. Decolonial thinking.

Introdução

As populações indígenas em todo o mundo estão expostas a situações de Insegurança Alimentar e resultados negativos para a saúde. Elas estão inseridas em contextos de expropriação de terras, considerando que vários povos perderam as suas terras e estilos de vida tradicionais, sendo forçados a adotarem o estilo de vida agrário ou novas opções de subsistência, causando a não adaptação a novos ambientes, resultando em prejuízos para a saúde física e mental. Com isso, as mudanças ambientais, socioculturais e econômicas em que estão inseridos, resultado do contato permanente com a sociedade nacional, repercutem em alterações das práticas tradicionais e hábitos alimentares, principalmente pelo envolvimento na economia de mercado regional. A redução da diversidade alimentar e introdução de alimentos industrializados tem causado o aumento de doenças crônicas, como obesidade, diabetes e hipertensão nos indígenas.

Este artigo é resultado de duas revisões bibliográficas que analisaram dados de pesquisas internacionais e nacionais sobre insegurança alimentar e povos indígenas. A primeira revisão bibliográfica foi em busca de pesquisas internacionais sobre segurança alimentar e povos indígenas. A busca foi realizada a partir das bases de dados “Web of Science”, “Scielo” e “Scopus”, usando as Keywords: “food security” or “food insecurity” and “indigenous population”. A segunda revisão bibliográfica foi em busca de pesquisas realizadas no Brasil, usando as palavras-chave “segurança alimentar” ou “insegurança alimentar” e “povos indígenas”. Desse modo, a busca foi realizada a partir das bases de dados “Scielo” e “Google acadêmico”. Os artigos foram selecionados a partir dos seguintes critérios: (1) artigos que apresentam conceitos de segurança alimentar em contextos socioculturais diversos resultantes de estudos primários; (2) artigos que apresentam conceitos de Segurança Alimentar entre os povos indígenas e (3) artigos que apresentam dados sobre fome entre os povos indígenas.

Foi identificado, segundo os estudos de Verdum (2003), Yuyama (2008), Auzeni e Giordani (2008), Caldas e Santos (2012), Athila e Leite (2020), que os conceitos e as terminologias apresentadas sobre insegurança alimentar não têm os mesmos significados para os indígenas, uma vez que para execução de pesquisas em terras indígenas, deve-se levar em consideração a diversidade sociocultural de cada povo. Cabe aqui considerar que os questionários/inquéritos/escalas que medem os níveis de insegurança alimentar devem ser adaptados para serem aplicados nas realidades indígenas, pois são sistemas alimentares diferentes das pessoas que residem na zona urbana, levando em consideração que os grupos étnicos têm as suas características particulares que exigem um modo de construção metodológico conceitual e procedimentos de aplicação do instrumento.

Desse modo, a partir dessas revisões bibliográficas, analisou-se que os estudos com vertentes decoloniais podem apresentar dados que conversam com os modos de vida dos povos indígenas. Assim, apresentamos como sugestão para as próximas pesquisas realizadas em terras indígenas algumas considerações sobre a perspectiva da colonialidade do poder de Quijano (2005); Lander (2005) e Segato (2021).

O que dizem as pesquisas internacionais sobre a insegurança alimentar e os povos indígenas

Mensurar a insegurança alimentar entre os povos indígenas tem sido tema de variadas pesquisas em busca de um instrumento que realmente assegure uma comparação entre países, comunidades e etnias com costumes, valores e conhecimentos variados (Yuyama *et al.*, 2008). Com base nisso, analisou-se pesquisas realizadas em todo o mundo em contextos socioculturais diversos, a fim de identificar as categorias e variantes do conceito de Segurança Alimentar mais usadas nesses estudos, assim como a abordagem metodológica para a obtenção dos dados.

Os estudos conceituam segurança alimentar em três pilares: disponibilidade (quantidades suficientes de alimentos), acesso (capacidade de obter alimentos sendo de forma tradicional ou por compra) e utilização (capacidade de atender às necessidades de nutrientes diários). Para verificar a

segurança alimentar entre os indígenas, esses pilares devem ter relação com o acesso aos alimentos tradicionais, que já são aceitos culturalmente. A definição de segurança alimentar tem relação com o acesso físico e econômico contínuo a alimentos nutritivos e seguros. Em outras palavras, isso ocorre quando todas as pessoas, em todos os momentos, têm acesso a alimentos suficientes, seguros e nutritivos que atenda às preferências alimentares, assim como as necessidades nutricionais para uma vida saudável e ativa (Walch, 2018; Soares *et al.* 2021; Mccarthy *et al.* 2018; Lee; Lewis, 2018; Lugo-Morin, 2020).

Na pesquisa de Temple e Russell (2018), a insegurança alimentar é definida como a disponibilidade limitada ou incerta de alimentos nutricionalmente adequados, sendo compreendida também como a capacidade limitada de adquirir alimentos socialmente aceitos. A insegurança alimentar foi medida, principalmente, a partir da indagação se a família ficou sem comida e não se podia comprar nos últimos doze meses. Quando a resposta era sim, foi perguntado se ficaram sem comer ou conseguiram comida de alguma outra forma, como caça, pesca, doações, dentre outros meios. Como resultado, foi identificado que a insegurança alimentar ocorre por fatores de risco sociodemográficos, como renda, estado civil e situação de fumante. Ademais, também está relacionada com fatores socioeconômicos, assim como o fato do indígena falar somente a língua nativa.

As famílias aborígenes e das ilhas do Estreito de Torres da Austrália vivenciam diversas experiências de insegurança alimentar em razão de recursos financeiros limitados e aumento do custo de vida. Na pesquisa realizada por Mccarthy *et al.* (2018), foi constatado que a reciprocidade e o compartilhamento entre famílias contribuem para colocar comida à mesa, mas é um suporte frágil, pois depende de relacionamentos harmoniosos entre os membros da família.

As populações indígenas em todo o mundo têm altas taxas de insegurança alimentar e resultados negativos para a saúde. Os Batwa, indígenas que vivem em Uganda, África Ocidental, têm vivenciado a expropriação de terras e transição forçada do estilo vida agrário. Vários povos indígenas de todo o mundo perderam as suas terras e estilos de vida tradicionais e vivenciam a não adaptação a novos ambientes com prejuízos para saúde física e mental. Entretanto, a pesquisa mostrou que no caso dos Batwa tem agravado a pobreza extrema, pois eles não têm experiência, conhecimento, redes e recursos para serem realocados ou forçados a novas opções de subsistência (Patterson *et al.*, 2017).

Conforme a pesquisa de Johnson-Down *et al.* (2019), realizada a partir de um questionário adaptado para analisar a segurança alimentar entre os indígenas do Canadá, foi observado que as Primeiras Nações apresentam altas taxas de doenças crônicas relacionadas à insegurança alimentar, por falta de acesso físico e financeiro a alimentos saudáveis, tanto de mercado como de alimentos tradicionais, adquiridos pelos ecossistemas locais, como caça, peixes, aves e plantas. Foram classificados como segurança alimentar os domicílios que não relataram dificuldade com o acesso a alimentos relacionados à renda. Já os com insegurança alimentar marginal foram verificados mediante alguma preocupação ou problema com o acesso aos alimentos. A insegurança alimentar moderada foi constatada quando houve o comprometimento da qualidade e/ou quantidade dos alimentos e a grave a partir da redução da ingestão alimentar por falta de renda.

A pesquisa de Macneill (2020) buscou analisar a compreensão dos povos indígenas estudados (Garifunas de Honduras) sobre soberania alimentar. Eles a definiram como a reivindicação de terras tradicionais, respeitando a herança cultural e tradições. Esse povo vivenciou um processo histórico de invasões às suas terras, de colonização e aniquilação da população.

Bogdanova *et al.* (2020) afirmam que povos indígenas da Rússia, habitantes do noroeste circumpolar da Sibéria Ocidental, têm a sua segurança alimentar associada ao acesso à carne de rena em quantidade suficiente e engajamento no mercado de exportação de produtos derivados de renas. A soberania alimentar desse povo foi ameaçada ainda mais no contexto de pandemia da COVID-19, pois eles perderam o controle do seu sistema alimentar. Conforme esse estudo, a soberania alimentar está relacionada ao direito de definir as suas próprias políticas e estratégias de produção, distribuição e consumo sustentáveis de alimentos. Ela tem relação com a promoção da produção de pequeno e médio porte, respeitando as formas tradicionais de produção agrícola, gestão do uso da terra e comercialização. Todavia, a integração de produtores de pastoreio de renas da Sibéria Ocidental nas cadeias de valor globais e aumento das exportações têm impactado

negativamente os indígenas. Com a pandemia, esse povo passou a ter acesso limitado a alimentos, combustível, medicamentos, procedimentos de vacinação para renas e instalações de abate. Somando-se a isso, tem-se o aumento dos custos de produção, restrições de mobilidade e poder de compra reduzido.

Levkoe *et al.* (2019) apresentaram o Círculo Alimentar Indígena do Canadá como resultado da interação indígena com Thunder Bay (Canadá) e da Estratégia Alimentar da Área, um conselho regional de política alimentar com princípios da soberania alimentar com ação coordenada entre as partes interessadas multissetoriais. Buscou-se, para tanto, promover a autossuficiência alimentar regional, ambientes saudáveis e economias prósperas. Os membros do conselho elaboraram a carta alimentar com os valores, princípios e prioridades dos sistemas alimentares regionais de Thunder Bay – Canadá, que deveriam ser priorizados pelos governos, empresas e organizações locais. Essa pesquisa apresentou dados de como o conselho ainda precisa dar voz de liderança para as comunidades indígenas para que consiga efetivar sistemas alimentares saudáveis, equitativos e sustentáveis. O Círculo Alimentar Indígena precisa continuar criando espaço para que os povos indígenas apresentem e implementem os seus próprios sistemas de conhecimento alimentar.

Em uma pesquisa realizada para avaliar a disponibilidade e o consumo de alimentos tradicionais em comunidades indígenas remotas no Território do Norte, Austrália, foram selecionadas 20 comunidades para estudo e todas tinham lojas de alimentos, assim como programas de alimentação baseados na comunidade como nutrição escolar e alimentação para idosos. Além disso, todas tinham acesso a comidas consideradas tradicionais. A pesquisa buscou identificar a frequência que os alimentos tradicionais eram consumidos pelas famílias, considerando os alimentos caçados e coletados, incluindo os de produção própria. Este estudo constatou que a comida tradicional não só contribui para a dieta contemporânea dos indígenas, como também reduziu os índices de insegurança alimentar e os gastos com a compra de alimentos nas lojas. As 20 comunidades tinham acesso aos alimentos tradicionais de origem animal e vegetal durante todo o ano, sendo predominantes os alimentos de origem animal. O estudo concluiu que os alimentos tradicionais são nutricionalmente superiores e de baixo valor monetário para os indígenas (Ferguson, 2017).

O estudo de Tremblay *et al.* (2020) apresenta que a colheita de alimentos na natureza pelos povos indígenas está ligada à espiritualidade, maneiras de ver a vida e vínculos com a tradição. Assim, a escolha dos alimentos tem relação com um fenômeno social e cultural, que está ligado à identidade de um povo.

A pesquisa de Gan *et al.* (2020), realizada entre os indígenas da Malásia, menciona que as técnicas de obtenção de alimentos dos indígenas eram via aquisição em mercados, pesca nos lagos e rios próximos e colheita de alimentos na floresta. As fontes alimentares estão sendo deterioradas, ameaçando a reprodução e a sobrevivência das espécies alimentares tradicionais. Os Jahai se encontram em situação de insegurança alimentar, considerando que têm baixo poder aquisitivo e, devido aos altos custos com o transporte, estão com dificuldade no abastecimento de alimentos para as famílias.

Os métodos que os indígenas adquirem alimentos são divididos em duas categorias: modernas (comprar e receber assistência alimentar) e práticas tradicionais (agricultura, caça, pesca e coleta de frutos). Com a globalização, os indígenas passaram por processos de modernização e assimilação de outros sistemas alimentares. Dessa maneira, foram incorporados às suas dietas alimentos industrializados que têm um impacto negativo na sua saúde, com o aumento da obesidade. Mesmo com as práticas modernas para a aquisição de alimentos, os indígenas não estão isentos da insegurança alimentar, uma vez que eles estão com baixo poder de compra. Isso resulta não só a quantidade insuficiente de alimentos, mas também a variedade para atender às necessidades dos membros da família (Gan *et al.*, 2020).

Para Delormier *et al.* (2017), a segurança alimentar deve ser compreendida como o acesso aos sistemas alimentares tradicionais e relações com a terra. As responsabilidades comunitárias geram um vínculo e estratégias de resiliência que possibilitam superação da fome em tempos de crise, assim como o acesso a programas sociais e instituições de caridade. Desse modo, possibilitar a segurança alimentar dos povos indígenas envolve a proteção da base territorial para que possam produzir alimentos e nutrir as suas conexões espirituais com a comida. A insegurança alimentar e,

consequentemente, os problemas de saúde advindos dela, requer o desenvolvimento de pesquisas e políticas que descolonizam os alimentos e sistemas de conhecimento dos povos indígenas, assim como ações de promoção da saúde que visam respeitar a governança indígena. O conceito de soberania alimentar indígena está associado à capacidade deles tomarem decisões sobre os alimentos que comem e a continuidade de práticas alimentares culturais.

As abordagens sobre segurança alimentar se concentram em efetivar o acesso físico e econômico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos. Já a soberania alimentar busca construir regimes alimentares que compreendam a necessidade de desafiar o pensamento e as estruturas coloniais, garantindo o direito a alimentos saudáveis e culturalmente apropriados por métodos ecologicamente corretos e sustentáveis (Delormier *et al.*, 2017).

A pesquisa de Timler *et al.* (2019) apresentou dados sobre as altas taxas de insegurança alimentar e doenças relacionadas a escassez de alimentos saudáveis que as comunidades indígenas do Canadá estão vivenciando. Isso está relacionado ao acesso físico, social, educacional e econômico, que impossibilita o acesso em quantidade e qualidade aos alimentos necessários para atender às necessidades nutricionais. Nessa pesquisa, apresenta-se o programa de horta na prisão que cultiva hortaliças para as comunidades indígenas da região. Esse programa, apesar da boa intenção, reforça o colonialismo presente nos projetos direcionados a essas comunidades e que reproduzem obstáculos de acesso a alimentos realmente significativos para os povos indígenas. Somando-se a isso, inclui-se a expropriação de terras, dependência de alimentos processados e de uma renda para obtenção de alimentos.

A segurança alimentar oferece um conceito de saúde alimentar, enquanto a soberania alimentar está associada à (re)conexão com sistemas e práticas alimentares tradicionais e pode possibilitar não apenas segurança alimentar, mas autoestima e bem-estar de uma comunidade por poder decidir e escolher sobre a melhor forma de produzir seus sistemas alimentares. Com base nisso, a segurança alimentar é só uma forma importante de satisfação das necessidades nutricionais básicas, enquanto a soberania alimentar está relacionada com o significado dos alimentos para os povos indígenas e a participação democrática na escolha dos sistemas alimentares (Timler *et al.* 2019).

O programa da horta na prisão, mencionado por Timler *et al.* (2019), oferece um bom exemplo sobre a possibilidade de garantia de segurança alimentar para os povos indígenas a partir da doação de alimentos e orientações nutricionais, contudo, ele foi implementado de forma totalmente desalinhada das necessidades da comunidade, considerando que a oferta dos alimentos não era culturalmente aceita pelos indígenas. É válido destacar que essa oferta ofereceu a oportunidade aos indígenas experimentarem novos alimentos e receitas, mas não garante soberania alimentar e tem um caráter totalmente colonizador, pois impõe um novo sistema alimentar. Projetos com viés colonizador continuarão reproduzindo insegurança alimentar e não apresentarão um impacto significativo, mas temporário, uma vez que ignoram os direitos à terra e de escolha dos seus próprios sistemas alimentares. Esses projetos dão a impressão de que alguma atitude está sendo tomada em relação à insegurança alimentar desse povo, mas reforçam os legados coloniais (Timler *et al.*, 2019).

Conforme os dados apresentados por Domingo *et al.* (2021), obtidos a partir do estudo realizado entre as comunidades das Primeiras Nações dos Tratados de Williams no sul de Ontário (Canadá), a soberania alimentar é compreendida como o direito a alimentos saudáveis e aceitos culturalmente, produzidos por métodos ecologicamente corretos e sustentáveis, o que está relacionado com o direito dos povos de participarem da tomada de decisões sobre os seus próprios sistemas alimentares. Considerando que em todo o mundo as práticas culturais dos indígenas para adquirir alimentos foram afetadas, garantir a soberania alimentar desse povo se caracteriza como um grande desafio, devido às mudanças climáticas globais e contaminação ambiental dos sistemas alimentares. Ademais, foi enfatizada a importância de que a aquisição de alimentos da terra, seja por caça, pesca ou jardinagem, respeitem as práticas tradicionais e que seja realizada para proteger o meio ambiente.

Como resultado da pesquisa, a segurança alimentar foi associada pelo povo estudado como uma forma de promover o bem-estar geral, com a possibilidade de aquisição de alimentos por formas tradicionais e por fontes não tradicionais (comprados em lojas). Os membros da comunidade

gostariam de ter garantida a capacidade de cultivar e produzir alimentos durante todo o ano, assim como também poderem compartilhar esses alimentos com o restante da comunidade. O estudo apresenta a fragilidade de manutenção de sistemas alimentares tradicionais, devido às alterações na abundância, distribuição e saúde das espécies. Os indígenas mencionaram que os peixes são menores e apresentam feridas, o clima está mais seco, o que causa queimadas, as plantas e os alimentos locais estão mudando a época de temporada, devido aos contaminantes ambientais, que impactam a qualidade da água e do solo. A comunidade manifestou interesse em recuperação do acesso à terra, revitalização dos sistemas alimentares locais e controle sobre as formas de obter alimentos saudáveis. Esse desejo está teoricamente relacionado ao conceito de soberania alimentar (Domingo *et al.*, 2021).

Com base nesses estudos apresentados, observa-se que as pesquisas que buscam estudar a segurança alimentar entre os indígenas podem não conseguir apresentar o próprio sistema alimentar desse povo se tiverem um caráter colonizador. Os sistemas alimentares são identificados não somente pelo conhecimento ecológico tradicional das espécies selvagens e os métodos de caça ou colheita, mas pelas questões de gosto, preferência, identidade e espiritualidade.

O que dizem as pesquisas nacionais sobre a insegurança alimentar e os povos indígenas

As sociedades indígenas brasileiras vivem em um acelerado processo de mudanças socioculturais e econômicas, resultado do contato permanente com a sociedade nacional. Essas mudanças alteraram os hábitos alimentares e estado nutricional desses povos, principalmente pelo envolvimento na economia de mercado regional. Por diversos fatores, os indígenas têm cada vez menos se interessado pelas práticas tradicionais de subsistência, reduzindo a variabilidade alimentar e aumentando a dependência de produtos industrializados. Somado a isso, as populações indígenas são de alta vulnerabilidade para a ocorrência de desnutrição proteico-energética e de outras carências nutricionais e, assim, essas mudanças têm agravado o perfil de saúde desses povos (Coimbra Júnior; Santos, 1991; Moura *et al.*, 2010).

As práticas de subsistência têm se tornado cada vez mais escassas ao longo dos anos, em virtude da instalação de novos regimes econômicos e diminuição de espaços territoriais, agravando os casos de carência alimentar. Em razão do reuso do solo, existem áreas que antes eram favoráveis ao cultivo de diversas espécies e que hoje são consideradas impróprias para o cultivo. Desse modo, a continuidade de produção de alimentos em terras indígenas perpassa por uma série de problemas como a presença ilegal de posseiros e a retirada de recursos das reservas, como é o caso da atuação das madeireiras e de garimpeiros, resultando em solos empobrecidos e áreas intensamente desmatadas. A redução da diversidade alimentar, deixando a dieta cada vez mais monótona, com bastante frequência de alimentos de elevado teor de açúcar, gordura e sódio, são as principais causas disso, uma vez que os alimentos mais nutritivos, em geral, são menos acessíveis e mais caros para essas populações.

Com alteração das práticas de subsistência, há também a redução de atividades físicas, o que vem resultando em quadros de sobrepeso e obesidade em adolescentes e adultos, relacionados com doenças cardiocirculatórias, hipertensão e diabetes. Além disso, vários estudos têm evidenciado casos de desnutrição infantil (Ribas *et al.* 2007; Salgado, 2007; Garnelo; Welch, 2009; Moura *et al.* 2010; Gimeno *et al.* 2007).

A situação da saúde dos povos indígenas do Brasil perpassa por uma série de desigualdades sociais que marcam a fronteira entre ser indígena e não indígena. Esses povos estão inseridos em um contexto histórico de conflitos fundiários, que tem relação direta com a expansão das fronteiras demográficas nacionais, degradação ambiental e, em certa medida, omissão por parte do Estado (Coimbra Júnior 2014; Salgado, 2007; Athila; Leite, 2020). Como resultado, as políticas de saúde, educação, habitação e saneamento têm chegado para eles de forma fragmentada, secundária e escassa, aumentando o risco de sofrerem desnutrição e anemia, além de conviverem com elevada carga de doenças infecciosas e parasitárias (Coimbra Júnior, 2014).

Os problemas de autossustentação, fome e carência alimentar estão presentes na maioria

das Tis. Os estudos sobre insegurança alimentar têm apresentado alto índice de mortalidade infantil, principalmente em terras impactadas pelos grandes projetos e intrusão de fazendeiros, garimpeiros, madeireiros e posseiros. A desnutrição, com prevalências de anemia ferropriva e déficits estaturais é bastante preocupante, assim como o surgimento de doenças crônicas não-transmissíveis entre os adultos. Mesmo com esses dados alarmantes, não é possível incluir todos os povos indígenas do Brasil em dados estatísticos, uma vez que os contextos locais podem apresentar perfis nutricionais diferentes em cada etnia (Salgado, 2007; Leite *et al.*, 2007).

Coimbra Júnior (2014) faz uma análise do Inquérito Nacional de Saúde e Nutrição Indígena, realizado entre 2008-2009, que contempla 113 aldeias em todo o país, com 6.692 mulheres e 6.128 crianças. O inquérito apresentou como resultado, situações de falta de saneamento básico nas aldeias, elevada taxa de desnutrição crônica, anemia, diarreia e infecções respiratórias agudas nas crianças, assim como a emergência de doenças crônicas nas mulheres. Os índices de desnutrição crônica são superiores a 50% em crianças menores de cinco anos e de 80% de anemia nessa mesma faixa etária. Em relação à mulher indígena, os dados revelam excesso de peso, considerando que 46% das mulheres pesquisadas apresentavam sobrepeso ou obesidade.

Coimbra Júnior e Santos (1991) apresentam uma avaliação nutricional realizada na comunidade indígena Suruí, Parque Indígena Aripuanã, em Rondônia, com crianças de 0, 8 e 9 anos. A reserva está localizada em uma região de intensa colonização e fluxo migratório, com envolvimento no mercado regional, ocasionando o abandono das práticas de subsistência tradicionais. Os dados apresentam altas taxas de baixa altura para a idade das crianças analisadas, baixo peso, anemia e parasitismo intestinal. A mudança dos hábitos alimentares dos Suruí está relacionada com a retirada de colonos que invadiram o sul da sua reserva deixando inúmeros cafezais. Assim, os Suruí passaram a explorar esses cafezais como meio de garantir “independência financeira” e inserção no mercado regional.

Com a força de trabalho nos cafezais, os Suruí passaram a ter menos tempo para dedicação às atividades de subsistência, resultando em dependência em produtos industrializados, providos pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI) ou adquiridos pela venda do café. Outro fator marcante na história desse povo está relacionado à substituição da venda de café, em decorrência da redução dos preços, pela venda de madeira. Isso causou o afugentamento da caça e destruição de espécies de vegetais que faziam parte da dieta tradicional do grupo. A alimentação passou a ser composta, basicamente, de arroz, açúcar e massas, além da substituição do leite materno pelas fórmulas. Com base nisso, os Suruí estão inseridos em um quadro de desnutrição proteico-energética, anemia e parasitoses intestinais (Coimbra Júnior; Santos, 1991).

Boaretto *et al.* (2015) realizaram um estudo com o intuito de avaliar e comparar o estado nutricional de indígenas adultos, das etnias Kaingang e Guarani presentes no estado do Paraná e, com isso, os autores constataram um crescente número de obesidade entre eles. Este trabalho apresentou várias modificações no perfil de saúde humana, com mudanças na composição corporal e dieta de indivíduos, relacionados com fatores vinculados à atividade física e estilo de vida. Assim, a diminuição de alimentos tradicionais tem apresentado risco de insegurança alimentar aos povos indígenas e o perfil do estado nutricional apresentado nesse estudo tem relação com a transição nutricional da população brasileira.

Boaretto *et al.* (2015) avaliaram que essa é uma situação preocupante, pelo número de indígenas que estão sendo classificados acima do peso, sendo quase metade dos avaliados (47,9%). O fato de os indígenas estarem expostos às transformações ambientais e socioeconômicas tem resultado em alta vulnerabilidade frente a problemas de ordem alimentar e nutricional, favorecendo esse quadro de aumento de peso, considerando que passaram a consumir mais alimentos industrializados, com excesso de gorduras e açúcares.

Barreto *et al.* (2014) apresentam um estudo sobre o estado nutricional de crianças indígenas Guarani menores de cinco anos nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, trazendo à tona evidências de graves desigualdades em saúde e nutrição relacionadas aos quadros de desnutrição crônica e anemia. O inquérito nutricional e de anemia foi realizado em cinco aldeias do Rio de Janeiro (Sapukai, Parati-Mirim, Araponga, Sítio Rio Pequeno e Mamanguá) e em uma aldeia no litoral norte do Estado de São Paulo (Boa Vista). Os autores afirmam que mesmo as aldeias sendo localizadas em estados com altos índices de Desenvolvimento Humano, os resultados do estudo

escancaram expressivas disparidades nos indicadores nutricionais e de anemia entre os indígenas e não indígenas: “As prevalências de desnutrição e anemia verificadas neste estudo são expressivas em comparação à situação indígena e não indígena no país. Os resultados reforçam a necessidade de investimentos na atenção materno-infantil entre os Guarani” (Barreto *et al.*, 2014, p. 660).

Em consonância com os dados apresentados no estudo anterior, Fagundes *et al.* (2004), ao pesquisarem o estado nutricional e composição corporal de 95 crianças indígenas do Alto Xingu e 69 Ikpeng com idades entre 24 e 117 meses, foi identificada baixa estatura (8,4% do Alto Xingu e 37,7% das Ikpeng) e baixo peso (12,5% das Ikpeng).

Fávaro *et al.* (2015) avaliaram a distribuição de excesso de peso e obesidade com as variáveis demográficas e socioeconômicas entre 794 adultos indígenas Xukuru do Ororubá, de 19 a 59 anos. Esse povo habita no agreste de Pernambuco, Brasil. Entre as mulheres (433), 52,2% estavam com excesso de peso e 21% obesas. Entre os homens (361), as prevalências foram de 44,1% e 7,5%, respectivamente. Os autores alertam para o processo de transição alimentar e nutricional que a população brasileira vem experimentando nos últimos anos. Chama-se a atenção para o fato de que a obesidade está associada com a ocorrência de doenças crônicas não transmissíveis, conjuntamente com níveis elevados de pressão arterial, colesterol e glicose sanguíneos. Os povos indígenas têm apresentado elevadas prevalências de obesidade e, com isso, o número de indígenas com hipertensão e diabetes tem crescido nos últimos anos.

Gavério (2018), que realizou um estudo entre o povo Kaingang, Terra Indígena Xapecó, Santa Catarina, Brasil, identificou que com as mudanças socioeconômicas, culturais e ambientais, foram alteradas as suas práticas culturais e, conseqüentemente, a dieta alimentar e saúde desse povo. A autora relembra a forma que os indígenas foram tratados pelo Estado brasileiro em todo seu processo histórico, trazendo a reflexão sobre a importância de fortalecer as ações de saúde para eles, considerando que há uma dívida histórica que repercute em forma de desigualdades e situações de doenças e fome.

Salvo *et al.* (2009) apresentaram dados sobre o perfil metabólico e antropométrico dos indígenas Sayá, que habitam o Parque Indígena do Xingu, em Mato Grosso, Brasil. A amostra foi de 86 indígenas maiores de 20 anos. Desses, 46,5% estavam com excesso de peso, 12,8% com obesidade generalizada, 38,4% com obesidade central, 26,7% apresentaram alterações pressóricas, 4% glicemia de jejum alterada, 63,9% dislipidemia e 21,9% síndrome metabólica.

Gimeno *et al.* (2007) realizaram uma pesquisa sobre doenças relacionadas com excesso de peso (sobrepeso e obesidade), hipertensão arterial, dislipidemias e intolerância à glicose entre os Aruák (Mehináku, Waurá e Yawalapití), que habitam o Alto Xingu, Mato Grosso, Brasil. Os autores reuniram informações de 201 indígenas, sendo 61 índios Mehináku (30,3%), 81 Waurá (40,3%) e 59 Yawalapití (29,4%). Como resultado, houve casos de sobrepeso (51,8%), obesidade (15%), dislipidemia (77,1%) e níveis pressóricos elevados (37,7%) foram maiores entre os homens, enquanto as mulheres apresentaram maiores casos de obesidade abdominal (52,1%), independentemente da idade e do povo de origem. Esses dados, comparados com estudos anteriores já realizados entre esse povo, sugere que o perfil metabólico dos indígenas piorou e estão perdendo a proteção contra doenças crônicas não-transmissíveis.

Auzani e Giordani (2008), ao realizarem pesquisa entre os Mbyá-Guarani, da Aldeia Karuguá, no Paraná, perceberam que os indígenas buscaram viver seguindo as práticas tradicionais para obtenção de alimentos. Entretanto, as transformações ambientais, econômicas e sociais interferiram no modo de vida deles, limitando os territórios e exaurindo os recursos naturais - todas essas transformações têm contribuído para uma vulnerabilidade alimentar desse povo. Além disso, a proximidade das aldeias com as cidades acarretou o aparecimento de novas doenças e o consumo de alimentos industrializados por parte dos indígenas, provocando o aparecimento de doenças crônicas.

Leite *et al.* (2007) realizaram pesquisa entre o povo Wari' da aldeia Santo André, Terra Indígena Pacaás novos, estado de Rondônia, visando descrever a antropometria nutricional com relação às flutuações sazonais das condições de nutrição. A subsistência e a disponibilidade de tipo de alimentos do povo Wari' é determinada pelas condições ambientais, ou seja, segundo o período chuvoso e de seca. Conforme esse estudo, as crianças Wari' menores de cinco anos apresentam um alto índice de desnutrição e baixa estatura para a idade em relação à média

nacional. Os autores associam esse perfil nutricional das crianças Wari' com fatores ambientais aos quais estão expostas, como as péssimas condições de saneamento, água não tratada, presença constante de animais domésticos nas casas e destino inadequado dos dejetos.

Em relação a essa avaliação sobre os perfis de nutrição de cada povo, para Athila e Leite (2020), mensurar a insegurança alimentar em contextos socioculturais diversos requer um processo amplo, duradouro, interdisciplinar e participativo. Os autores chamam a atenção sobre a adequação da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) para ser aplicada entre os diferentes povos indígenas do país. No instrumento, é necessário incorporar as diferentes visões de mundo do povo em estudo, sua organização social, sistemas alimentares e noções de condições de vida. Ademais, faz-se mister compreender e avaliar as concepções nativas sobre a sua alimentação, a fim de analisar se as definições de “qualidade” e “quantidade” estão consoantes as noções que os povos indígenas têm sobre comida. Além disso, questões relevantes sobre o acesso a alimentos, o dinamismo dos seus sistemas alimentares e a sazonalidade devem ser observados e incorporados nessas análises sobre insegurança alimentar.

Na pesquisa realizada por Yuyama *et al.* (2008), fica evidente o caráter coletivo do acesso à comida entre os kanamari, alertando para que o instrumento a ser adotado para analisar a insegurança alimentar entre esse povo deve ser pensado para uma aplicação coletiva e não somente para um núcleo familiar. Outra diferença de significados identificados no estudo de Yuyama *et al.* (2008) é sobre a falta de comida: nas pesquisas urbanas, isso significa falta de recursos financeiros para adquirir alimentos, já entre os indígenas, a falta de comida está relacionada ao uso da terra, envolvendo o plantio e a criação de animais.

Com o foco na dimensão “disponibilidade de comida”, os projetos já executados entre os povos indígenas com o intuito de aumentar a produção de alimentos, gerar renda a partir dele ou gerar alimento a partir políticas de transferência de renda não alcançaram resultados satisfatórios, levando a concluir que as causas da fome podem estar relacionadas com problemas de outras origens. Athila e Leite (2020) chamam a atenção para o histórico da política indigenista brasileira, que focava na “integração” dos povos indígenas à economia local. Desse modo, as políticas públicas relacionadas a solucionar o problema da fome e insegurança alimentar não têm atingido um resultado satisfatório, porque podem estar direcionadas à integração desses povos aos sistemas alimentares dos não indígenas.

A contribuição do pensamento decolonial para as pesquisas sobre segurança alimentar em terras indígenas

A segurança alimentar é um tema de vasto campo disciplinar, entretanto, para a realização de estudos em terras indígenas, alinhar a base teórica metodológica com a perspectiva da colonialidade do poder de Quijano (2005); Lander (2005) e Segato (2021) pode apresentar resultados que conversam com os modos de vidas dos indígenas. Essa perspectiva, compreendida no contexto de polaridade capitalismo-comunismo dos anos 1970, de mudança de época com a queda do Muro de Berlim e o fim da Guerra Fria, corresponde “uma inspiração cada vez mais evidente para a construção de linguagens críticas e das metas políticas que orientam as diversas frentes de luta da sociedade, muito especialmente os movimentos indígena e ambientalista” (Segato, 2021, p. 44).

O pensamento científico moderno está associado às expressões tecnocráticas e neoliberais que foram naturalizadas e hoje são hegemônicas. A sociedade liberal passa a não ser somente uma ordem social, mas a única possível, sendo considerada uma linha de chegada, um modelo civilizatório único, globalizado e universal. Ir contra essa corrente de pensamento requer uma desconstrução de grande esforço, sendo necessário romper com o pensamento dominante, universal e naturalizado da sociedade capitalista-liberal (Lander, 2005).

A constituição colonial do mundo e, conseqüentemente dos saberes, teve como momento inaugural a conquista ibérica do continente americano. Assim, todos os povos, culturas e territórios do planeta são inseridos em uma narrativa universal. A consolidação das relações de produção capitalistas e do modo de vida liberal não se deu de forma natural, mas ocorreu a partir de um processo de submissão de outros continentes e territórios às potências europeias impondo a hegemonia

do projeto liberal. Os camponeses e trabalhadores viveram as traumáticas transformações com a expulsão das suas terras e ruptura com os modos anteriores de vida para serem força de trabalho fabril. Isso ocorreu mediante um regime de disciplina e normatização para a criação do homem econômico (Lander, 2005). Esse processo foi intitulado por Lander (2005) como condições históricas da naturalização da sociedade liberal de mercado. Com isso, esse modelo de organização social e dos seus países, cultura, história e raça têm relação direta com a submissão dos demais povos do mundo na hegemonia da Europa.

Quijano (2005) afirma que a perspectiva colonial é presente e naturalizada, pois ela está relacionada com a imposição de um padrão de poder mundial, classificando a população com a ideia de raça. A construção de identidades sociais se baseou em espanhol, português, índios, negros e mestiços. Essas relações sociais iam se configurando em relações de dominação, relacionadas ao papel social que cada uma ocupava. A colonialidade do poder está vinculada com a concentração na Europa do capital e tudo que ele envolve; assim, a modernidade está associada ao colonial desde sempre. O capital favorece que as relações sociais sejam de exploração e dominação. Então, a modernidade está associada a um modo de conhecimento relacionado ao caráter do padrão mundial do poder, sendo esse colonial/moderno, capitalista e eurocentrado caracterizado como a perspectiva do eurocentrismo. Desse modo, a formação de Estados-nação tem ligação com a homogeneização da população, fazendo com que todas as sociedades tivessem as mesmas experiências históricas. Essa homogeneização consiste na formação de um espaço comum de identidade, que coloca a população em um lugar de dominação.

Aníbal Quijano, na interpretação de Segato (2021), introduz uma nova forma de analisar a realidade latino-americana, considerando a heterogeneidade econômica, social e civilizatória. A perspectiva de Quijano apresenta grande crítica ao “eurocentrismo”, uma vez que chama a atenção para que antes da chegada das embarcações ibéricas à América, não havia Europa, nem o “índio”, nem o “negro” e nem mesmo o “branco”. A América inventou a Europa não somente pela formação do mercado mundial a partir da conquista do território e da extração de metais preciosos, mas também porque “a novidade americana desloca a tradição na Europa e funda o espírito da modernidade como orientação para o futuro” (Segato, 2021, p. 54).

É válido pontuar que antes da chegada dessas embarcações, habitavam nas Américas categorias étnicas que unificavam civilizações com povos com conhecimentos e costumes próprios. Entretanto, com o “descobrimento”, houve uma reconfiguração no mundo, que narra as suas histórias com um único vocabulário. Assim, esses povos viram as suas histórias, os seus saberes, línguas, formas de escritas e registros, as suas cosmologias, regras de solidariedade e reciprocidade, enfim, tudo que envolve seu universo de subjetividade, totalmente desonrados e reduzidos às categorias chamadas de “índio”, “negro” e “criolo”, que passaram a ser instrumentos de exploração do trabalho e administração colonial (Segato, 2021).

Com o entendimento da perspectiva da colonialidade do poder, Quijano apresenta o modo de subversão epistêmica do poder, conhecida como “giro decolonial”. Segato (2021) explica que o giro decolonial recoloca o sujeito em um novo plano histórico, possibilitando uma releitura do passado de forma teórica, ética, estética e política, que retoma um caminho bloqueado pela razão tecnocrática dos estados neoliberais e real-socialistas:

O giro decolonial não é um movimento restaurador, mas uma recuperação das pistas abandonadas rumo a uma história diferente, um trabalho nas brechas e fraturas da realidade social existente, dos restos de um naufrágio geral de povos que mal sobreviveram a um massacre material e simbólico contínuo ao longo de quinhentos anos de colonialidade, de esquerda e de direita (Segato, 2021, p. 73).

Assim, com o giro decolonial e o exercício dessa subversão epistêmica do poder de Quijano, é possível apresentar dados sobre a insegurança alimentar vivenciada pelos povos indígenas que se relacionem com os modos de vida deles e não apenas a “nossa” visão do que seria segurança alimentar para eles. Essa perspectiva, como base metodológica, pode embasar estudos e projetos a serem realizados em terras indígenas, possibilitando um diálogo com a realidade social e sistemas

alimentares do povo em estudo, compreendendo o seu lugar de fala e os impactos inerentes do contato e invasões das suas terras.

Considerações finais

Este artigo buscou analisar as pesquisas sobre insegurança alimentar realizadas em terras indígenas tanto em âmbito internacional como em âmbito nacional. Foi verificado que os povos indígenas de todo o mundo estão vivenciando alguma situação de insegurança alimentar relacionada à expropriação das suas terras, aos projetos de desenvolvimento que têm impactado os seus sistemas alimentares e à colonização das formas de produzir alimentos. Foi identificado que a fragilidade de manutenção de sistemas alimentares tradicionais está relacionada aos impactos ambientais, tais como clima mais seco; diminuição da fauna e flora; contaminação dos rios, dentre outros aspectos.

Os estudos apresentados neste artigo mencionam dados importantes sobre a vulnerabilidade alimentar que os povos indígenas estão vivenciando, mas cabe aqui algumas indagações: os dados sobre insegurança alimentar consideram a percepção indígena sobre fome ou insegurança alimentar? Esses estudos consideram os próprios sistemas alimentares dos povos indígenas ou trazem conceitos sobre a “nossa” percepção de segurança alimentar?

Para fundamentar essa problematização, podemos mencionar como exemplo o fato do instrumento adotado para identificar o nível de insegurança alimentar no Brasil nem sempre corresponder à realidade indígena e sua relação com o alimento. Os conceitos contidos na EBIA, muitas vezes não são compreendidos pelos povos indígenas. Além disso, o fato de ser compreendido por um povo, não significa que será entendido por outro, uma vez que cada etnia tem as suas especificidades (Yuyama *et al.*, 2008). Analisar a fome, a insegurança alimentar ou a soberania alimentar na “nossa” perspectiva capitalista, colonizadora e paternalista resulta em dados científicos que embasam projetos sociais que não garantem resultados concretos e eficazes para um povo, uma vez que não considera a relação com o alimento, com a terra e forma de cultivar de determinada etnia.

Cabe aqui uma reflexão sobre os projetos que buscam garantir a segurança alimentar de um povo e sobre as intervenções em comunidades indígenas: nem sempre o acesso aos alimentos, sendo essas doações, projetos e até mesmo a merenda escolar, garantem a segurança alimentar se não forem pensados em uma perspectiva decolonial, que dialoga com os desejos e anseios indígenas.

Desse modo, para a construção de projetos e propostas de pesquisas em terras indígenas que desconstruam pensamentos e estruturas coloniais, o conceito de soberania alimentar apresenta uma resposta melhor para execução de pesquisas com os povos indígenas, pois tem relação com a capacidade deles de tomarem decisões sobre seus sistemas alimentares e ligação direta com formas de produzir que respeitam o meio ambiente, com a continuidade de práticas tradicionais, assim com o acesso à terra que cada vez mais é negado a esse povo.

Sobre as metodologias de pesquisas, nesse estudo observamos que já foram realizadas pesquisas com várias abordagens entre os povos indígenas, todavia, as que apresentaram mais proximidade com as realidades desses povos são a de caráter decolonizador. Assim, a abordagem metodológica com base comunitária com aplicação teórica decolonizante, usando técnicas como conversas, observação e entrevistas, possibilitando proximidade com as tradições e culturas indígenas, podem apresentar dados de seus sistemas alimentares, além de conhecer os desejos desses povos para manutenção das suas formas de produzir alimentos.

Referências

ATHILA, Adriana Romano; LEITE, Maurício Soares. “A medida da fome”: as escalas psicométricas de insegurança alimentar e os povos indígenas no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, p. 1-12, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/GXNcJYvf5vSsrZmVrrVhYgi/?lang=pt>. Acesso em: 17 mai. 2021.

AUZENI, Symone Cortese da Silva; GIORDANI, Rubia Carla Formiguieri. Inter-relações entre espaço físico, modo de vida Mbyá-guarani e alimentação na perspectiva da segurança alimentar: reflexões sobre a área indígena Araça-í em Piraquara/PR. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 2, n. 1, p. 129-165, jan./jun. 2008. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/EspacoAmerindio/article/view/3115>. Acesso em: 5 fev. 2021.

BARRETO, Carla Tatiana Garcia; CARDOSO, Andrey Moreira; COIMBRA JR, Carlos EA. Estado nutricional de crianças indígenas Guarani nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 30, p. 657-662, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/nfr8g6BTYdTSqPcgHHKSbBM/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 mar. 2023.

BOARETTO, Juliana Dias; MOLENA-FERNANDES, Carlos Alexandre; PIMENTEL, Giuliano Gomes de Assis. Estado nutricional de indígenas Kaingang e Guarani no estado do Paraná, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 20, p. 2323-2328, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/z6M46XmtryP6DjhwptRMkC/?lang=pt>. Acesso: 10 mar. 2023.

BOGDANOVA, Elena *et al.* Food sovereignty of the indigenous peoples in the Arctic zone of Western Siberia: response to COVID-19 pandemic. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v. 17, n. 20, p. 7570, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/ijerph17207570>. Acesso em: 07 ago. 2021.

CALDAS, Aline Diniz Rodrigues; SANTOS, Ricardo Ventura. Vigilância alimentar e nutricional para os povos indígenas no Brasil: Análise da construção de uma política pública em saúde. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 22, p. 545-565, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/lb53pQCbVvp5gRRGNYGX8fc/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 17 mai. 2021.

COIMBRA JR, E. A. Saúde e povos indígenas no Brasil: reflexões a partir do I Inquérito Nacional de Saúde e Nutrição Indígena. **Cad. Saúde Pública** 30 (4), Abr., 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/sPF948SmwZbydf64HBfJgKH/?lang=pt>. Acesso em: 10 mar. 2023.

COIMBRA JR, Carlos EA; SANTOS, Ricardo V. Avaliação do estado nutricional num contexto de mudança sócio-econômica: o grupo indígena Suruí do Estado de Rondônia, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 7, p. 538-562, 1991. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/tyXG54RSDgD6Qb5cxtR4rB/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 mar. 2023.

DELORMIER, Treena *et al.* Reclaiming food security in the Mohawk community of Kahnawà: ke through Haudenosaunee responsibilities. **Maternal & child nutrition**, v. 13, p. e12556, 2017. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/29359439/>. Acesso em: 04 ago. 2021.

DOMINGO, Ashleigh *et al.* Indigenous Community Perspectives of Food Security, Sustainable Food Systems and Strategies to Enhance Access to Local and Traditional Healthy Food for Partnering Williams Treaties First Nations (Ontario, Canada). **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v. 18, n. 9, p. 4404, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/ijerph18094404>. Acesso em: 29 jul. 2021.

FAGUNDES, Ulysses *et al.* Avaliação do estado nutricional e da composição corporal das crianças índias do Alto Xingu e da etnia Ikpeng. **Jornal de Pediatria**, v. 80, p. 483-489, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/jped/a/xkkl4HCYmhmStTVTfXQGtJv/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 mar. 2023.

FÁVARO, Thatiana Regina *et al.* Obesidade e excesso de peso em adultos indígenas Xukuru do Ororubá, Pernambuco, Brasil: magnitude, fatores socioeconômicos e demográficos associados. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 31, p. 1685-1697, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/>

[VDjfrcshw7x3JvdLYhJCF8g/abstract/?lang=pt](#). Acesso em: 10 mar. 2023.

FERGUSON, Megan *et al.* Traditional food availability and consumption in remote Aboriginal communities in the Northern Territory, Australia. Australian and New Zealand. **Journal of Public Health**, v. 41, n. 3, p. 294-298, 2017. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S132602002301049X?via%3Dihub>. Acesso em: 03 ago. 2021.

GAN, Wan Ying *et al.* Exploration of Food-Seeking Behaviour, Food Preparation, and Restrictions to Sufficient Food among the Jahai Sub-Tribe (Indigenous People) in Gerik, Malaysia. **International journal of environmental research and public health**, v. 17, n. 1, p. 348, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/ijerph17010348>. Acesso em 10 ago. 2021.

GARNELO, Luiza; WELCH, James R. Transição alimentar e diversidade cultural: desafios à política. **Cad. Saude Publica**, v. 25, n. 9, p. 1872-1873, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/Qw4Zsz4vxMsGrZN5cxWq5Fb/?format=pdf&lang=pt#:~:text=A%20transi%C3%A7%C3%A3o%20alimentar%20C3%A9%20inerente,za%C3%A7%C3%A3o%2C%20como%20os%20povos%20ind%C3%ADgenas>. Acesso em: 11 mar. 2023.

GAVÉRIO, Bruna Gama. Diminui a araucária e a saúde enfraquece: extração madeireira e saúde Kaingang. **Revista Cadernos do Ceom**, v. 31, n. 48, p. 30-40, 2018. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/4066/2475>. Acesso em: 12 mar. 2023.

GIMENO, Suely Godoy Agostinho *et al.* Perfil metabólico e antropométrico de índios Aruák: Mehináku, Waurá e Yawalapití, Alto Xingu, Brasil Central, 2000/2002. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 23, p. 1946-1954, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/J8N3sYHnPnnnj95pLLFxcNH/?lang=pt>. Acesso em: 14 mar. 2023.

JOHNSON-DOWN, Louise *et al.* Optimisation modelling to improve the diets of First Nations individuals. **Journal of nutritional science**, v. 8, E31, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/jns.2019.30>. Acesso em: 04 ago 2021.

LANDER, Edgardo *et al.* (Ed.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas. **CLACSO**, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (Conselho Latino-americano de Ciências Sociais), 2005. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2591382/mod_resource/content/1/colonialidade_do_saber_eurocentrismo_ciencias_sociais.pdf. Acesso em: 03 mar. 2023.

LEE, Amanda; LEWIS, Meron. Testing the price of healthy and current diets in remote Aboriginal communities to improve food security: development of the Aboriginal and Torres Strait Islander Healthy Diets ASAP (Australian Standardised Affordability and Pricing) methods. **International journal of environmental research and public health**, v. 15, n. 12, p. 2912, 2018. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/30572646/>. Acesso em: 02 ago. 2021.

LEITE, Maurício Soares; SANTOS, Ricardo Ventura; COIMBRA JR, Carlos EA. Sazonalidade e estado nutricional de populações indígenas: o caso Wari', Rondônia, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 23, p. 2631-2642, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/MGQyJxPGKpCTwYztZ4cQgS/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 13 mar. 2023.

LEVKOE, Charles; RAY, Lana; MCLAUGHLIN, Jessica. The Indigenous food circle: reconciliation and resurgence through food in northwestern Ontario. **Journal of agriculture, food systems, and community development**, v. 9, n. B, p. 101-114, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.5304/jafscd.2019.09B.008>. Acesso em 29 jul. 2021.

LUGO-MORIN, Diosey Ramon. Indigenous communities and their food systems: a contribution to

the current debate. **Journal of Ethnic Foods**, v. 7, n. 1, p. 1-10, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1186/s42779-019-0043-1>. Acesso em: 09 ago. 2021.

MACNEILL, Timothy. Indigenous food sovereignty in a captured state: the Garifuna in Honduras. **Third World Quarterly**, v. 41, n. 9, p. 1537-1555, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/01436597.2020.1768840>. Acesso em: 07 ago. 2021.

MCCARTHY, Leisa; CHANG, Anne B.; BRIMBLECOMBE, Julie. Food security experiences of Aboriginal and Torres Strait Islander families with young children in an urban setting: influencing factors and coping strategies. **International journal of environmental research and public health**, v. 15, n. 12, p. 2649, 2018. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/30486277/>. Acesso em: 30 jul. 2021.

MOURA, Patrícia Garcia de; BATISTA, Luciana Rodrigues Vieira; MOREIRA, Emilia Addison Machado. População indígena: uma reflexão sobre a influência da civilização urbana no estado nutricional e na saúde bucal. **Revista de Nutrição**, v. 23, p. 459-465, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rn/a/h4CvCFCDWCZwP7kvBc349tq/abstract/?lang=pt#:~:text=Conclui%2Dse%20que%20a%20transi%C3%A7%C3%A3o,%C3%A0%20terra%20e%20%C3%A0%20educa%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 13 mar. 2023.

PATTERSON, Kaitlin *et al.* Seasonal variation of food security among the Batwa of Kanungu, Uganda. **Public health nutrition**, v. 20, n. 1, p. 1-11, 2017. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC5197730/>. Acesso em: 30 jul. 2021.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. **CLACSO**, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. Argentina, 2005. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf. Acesso em: 10 jan. 2022.

RIBAS, D. L. B.; LEITE, M. S.; GUGELMIN, S. Â. Perfil nutricional dos povos indígenas do Brasil. In: BARROS, D. C., SILVA, D. O.; GUGELMIN, S. Â., orgs. **Vigilância alimentar e nutricional para a saúde Indígena** [online]. Vol. 1. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007, pp. 211- 235. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/fyyqb/pdf/barros-9788575415870-10.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2023.

SALGADO, Carlos Antonio Bezerra. Segurança alimentar e nutricional em terras indígenas. **Revista de Estudos e Pesquisas**, FUNAI, Brasília, v. 4, n. 1, p. 131-186, 2007. Disponível em: http://www.funai.gov.br/arquivos/conteudo/cogedi/pdf/revista_estudos_pesquisas_v4_n1/04-Carlos_Antonio_Bezerra_Salgado-Seguranca_alimentar_e_nutricional_em_terras_indigenas.pdf. Acesso em: 3 Ago. 2022.

SALVO, Vera Lúcia Morais Antonio de *et al.* Perfil metabólico e antropométrico dos Suyá: Parque Indígena do Xingu, Brasil Central. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 12, p. 458-468, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbepid/a/t39HxMyLflFQfjGTjWtXpKp/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 13 mar. 2023.

SEGATO, Rita. **Crítica da colonialidade em oito ensaios: uma antropologia por demanda**. Bazar do Tempo, 2021.

SOARES, Gustavo Hermes *et al.* Household food insecurity, dental caries and oral-health-related quality of life in Brazilian Indigenous adults. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, p. 1489-1500, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232021264.06472019>. Acesso em: 29 jul. 2021.

TEMPLE, Jeromey B.; RUSSELL, Joanna. Food insecurity among older Aboriginal and Torres Strait islanders. **International journal of environmental research and public health**, v. 15, n. 8, p. 1766,

2018. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/ijerph15081766>. Acesso em: 29 jul. 2021.

TREMBLAY, Roxanne; LANDRY-CUERRIER, Manuelle; HUMPHRIES, Murray. Culture and the social-ecology of local food use by Indigenous communities in northern North America. **Ecology and Society**, v. 25, n. 2, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.5751/ES-11542-250208>. Acesso em: 08 ago. 2021.

TIMLER, Kelsey; VARCOE, Colleen; BROWN, Helen. Growing Beyond Nutrition. **International Journal of Indigenous Health**, v. 14, n. 2, p. 95-114, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.32799/ijih.v14i2.31938>. Acesso em 29 jul. 2021.

VERDUM, Ricardo *et al.* Mapa da fome entre os povos indígenas: uma contribuição à formulação de políticas de segurança alimentar no Brasil. 2003. **Sociedade em Debate**, Pelotas, v. 9 (1), p. 129-162, 2003. Disponível em: <https://revistas.ucpel.edu.br/rsd/article/view/512/455>. Acesso em: 17 mai 2021.

WALCH, Amanda *et al.* A scoping review of traditional food security in Alaska. **International journal of circumpolar health**, v. 77, n. 1, p. 1419678, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/22423982.2017.1419678>. Acesso em: 30 jul. 2021.

YUYAMA, Lucia Kiyoko Ozaki *et al.* Percepção e compreensão dos conceitos contidos na Escala Brasileira de Insegurança Alimentar, em comunidades indígenas no estado do Amazonas, Brasil. **Revista de Nutrição**, v. 21, p. 53-63, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rn/a/L9cHL6tMYH4Z9Pt5qQRZ9kx/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 18 mai. 2021.

Recebido em 22 de novembro de 2024
Aceito em 30 de janeiro de 2025